

# Feriados podem gerar perda de até R\$ 500 mi ao varejo em 2026

Sindivarejista aponta que calendário acende um sinal de alerta para o comércio

O calendário de feriados nacionais de 2026 acende um sinal de alerta para o comércio varejista de Campinas. Com pelo menos 11 possibilidades de emendas com fins de semana, além dos pontos facultativos de Carnaval e Corpus Christi, o impacto sobre o faturamento do setor tende a ser ainda mais significativo no próximo ano.

De acordo com estimativas do Sindivarejista Campinas, elaboradas a partir de um estudo estatudal da FecomercioSP, os feriados prolongados podem resultar em uma perda potencial de até R\$ 500 milhões em faturamento bruto ao varejo campineiro ao longo de 2026.

Segundo o economista do Sindivarejista Campinas, Jaime Vasconcelos, o principal fator por trás desse impacto negativo é a redução do fluxo de consumidores nos estabelecimentos comerciais durante os feriados prolongados.

"Nesses períodos, parte da população reduz seu trânsito pela cidade ou viaja para outras regiões, priorizando lazer e turismo. Isso provoca uma desaceleração relevante das vendas, especialmente aquelas ligadas ao consumo não planejado", explica.

O economista ressalta que o efeito é sentido de forma mais intensa em segmentos dependentes



Divulgação

**Neste ano, serão ao menos 11 feriados, com possibilidade de emendas com os finais de semana**

da circulação diária de pessoas, como postos de combustíveis, lojas de vestuário, calçados e até mesmo setores considerados essenciais, como supermercados e farmácias.

"Quando olhamos o impacto agregado, ele se torna ainda mais elevado em um contexto econômico marcado por consumo mais cauteloso, juros altos e orçamento familiar pressionado", analisa Vasconcelos.

Campinas, por concentrar um dos maiores e mais diversificados

polos comerciais da região, acaba absorvendo de maneira mais intensa os efeitos do calendário de feriados. Diferentemente de cidades com forte vocação turística, o município não se beneficia, na mesma proporção, do aumento do fluxo de visitantes nessas datas, o que limita a capacidade de compensação das perdas.

Diante desse cenário desafiador, o Sindivarejista Campinas avalia que o planejamento empresarial em 2026 será ainda mais estratégico para a sustentabilidade

de dos negócios. A concentração de feriados e emendas ao longo do ano tende a gerar descontinuidade no fluxo de consumidores, redução pontual das vendas e aumento de custos operacionais.

Para Jaime Vasconcelos, a antecipação é fundamental. "Medidas como o aprimoramento da gestão de estoques, com maior precisão no planejamento de compras e adequação dos volumes à demanda real, ajudam a reduzir o risco de capital imobilizado em períodos de menor

giro", afirma. Ele também destaca a importância da revisão das escalas de trabalho e dos modelos de funcionamento das lojas, buscando equilibrar custos e qualidade no atendimento.

Outra estratégia apontada pelo Sindivarejista é o fortalecimento dos canais digitais, como e-commerce próprio, marketplaces e vendas via redes sociais, que podem compensar parte das perdas nos dias em que as lojas físicas estão fechadas ou com menor movimento. Além disso, ações promocionais e campanhas de comunicação antes dos feriados tendem a estimular compras antecipadas e suavizar os impactos ao longo do ano.

A presidente do Sindivarejista Campinas, Sanae Murayama Saito, ao comentar o cenário, reforça a importância de atenção redobrada por parte dos empresários do setor. "O calendário de 2026 exige planejamento, criatividade e gestão eficiente. Nossa papel é orientar os varejistas para que transformem esse desafio em oportunidades, preservando empregos, competitividade e a sustentabilidade dos negócios", destaca, ao reforçar o compromisso da entidade em apoiar o comércio local diante de um ano que já se desenha como complexo para o varejo.

## Após sanção de Lula, vereadores cobram

Por Moara Semeghini

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, na última semana, a lei que autoriza o pagamento retroativo de direitos de servidores públicos suspensos durante a pandemia de covid-19. A medida permite a recomposição de vantagens vinculadas ao tempo de serviço que haviam sido congeladas por legislação aprovada no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A nova norma alcança servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que decretaram estado de calamidade pública entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. No entanto, a lei não impõe pagamento automático nem imediato: a recomposição está condicionada à disponibilidade orçamentária de cada ente federativo, à estimativa de impacto financeiro e à autorização por meio da legislação local, preservando as regras de responsabilidade fiscal.

Em Campinas, a sanção presidencial provocou movimentação na Câmara Municipal. Vereadores passaram a cobrar da Prefeitura providências para que o município aplique a lei e restabeleça os direitos dos servidores municipais afetados pelo congelamento durante a pandemia.

Há uma semana, o vereador Gustavo Petta (PCdoB) protocolou requerimento questionando o Executivo sobre o cumprimento da legislação federal. Segundo o parlamentar, a lei sancionada por Lula devolve aos municípios a autonomia para decidir sobre a recomposição do tempo de serviço, mas exige iniciativa do prefeito. "O prefeito precisa tomar a iniciativa, seja por decreto ou até por um projeto de lei", explicou Petta. "Nós fizemos um requerimento questionando a Prefeitura se ela vai fazer isso e quando vai fazer, para respeitar o direito dos servidores que foram desrespeitados com o congelamento de benefícios como licença-prêmio

e outros", completou. Ainda segundo Petta, a Câmara discute o descongelamento para os próprios servidores do Legislativo, enquanto aguarda uma resposta oficial do Executivo sobre os funcionários da administração.

Na segunda-feira (19), a vereadora Fernanda Souto (PSOL) também apresentou uma Indicação à Prefeitura de Campinas solicitando que o Executivo determine providências para o cumprimento da Lei Complementar nº 226. O pedido é direcionado ao prefeito Dário Saadi. Souto defende a recomposição do tempo de serviço que ficou congelado durante a pandemia, período que somou 583 dias e que "trouxe prejuízos diretos aos servidores municipais, afetando benefícios vinculados ao tempo de trabalho".

Procurada, a Prefeitura de Campinas informou, por meio de nota, que "as secretarias envolvidas estão analisando os impactos da nova lei federal".



Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

**Lei federal autoriza pagamento retroativo para servidores**